Índice

Presentación:
María Teresa di Salvo 7

Dossier: Industria farmacéutica en Argentina

Alcances y restricciones de la producción pública
de medicamentos en Argentina (2002-2015)
Guillermo Martín Santos 19

Producción estatal de medicamentos
en la Argentina del siglo XXI
Rosana Abrutzky, Cristina Godio y Cristina Bramuglia 59

La industria farmacéutica argentina
y su entorno socio-económico
Mónica Campins y Ana Pfeiffer.....91

Artículos

A trajetória do BCHASP/Banespa: de banco
do café ao banco de Estado (1909-1939)
Fábio Rogério Cassimiro Corrêa.....137

Ernesto Tornquist y el proyecto de
unificación de deudas de 1901
Agustina Vence Conti 173

Mar del Plata, el "mercado inmobiliario
del ocio". La industria de la construcción
entre 1930 y 1981
Víctor Pegoraro 213

Reseñas

Hora, Roy y Losada, Leandro, *Una familia de la elite argentina: los Senillosa, 1810-1930*, Buenos Aires, Prometeo, 2015.
Tomás Chami Rouvroy.....257

Lluch, Andrea (ed.), *Desarrollo, políticas públicas e instituciones: la experiencia de La Pampa en una visión de largo plazo*, Ed. UNLPam, Colección Libros Académicos de Interés Regional, Santa Rosa, 2016.
Hernando Arbelo.....261

Normas para publicación 265

A trajetória do BCHASP/Banespa: do banco do café ao banco de Estado (1909-1939)

Fábio Rogério Cassimiro Corrêa
(Programa de História Econômica da Universidade de São Paulo)

Resumo

Esta pesquisa consiste em uma reconstituição da trajetória do BCHASP/Banespa tendo por base uma rigorosa pesquisa documental em acervo bastante heterogêneo. O Banco do Estado de São Paulo (Banespa) foi uma das mais importantes instituições bancárias do Brasil, cuja origem remonta a criação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (BCHASP), uma instituição incorporada pelo capital francês em 1909, mediante garantia de juros do governo estadual, cujo objetivo era conceder crédito de longo prazo aos cafeicultores paulistas. Na década de 1920, tendo o seu nome mudado para Banespa, o banco foi nacionalizado e encampado pelo governo estadual, passando a exercer papel importante no financiamento da Política de Valorização Permanente do café. Por abordar a trajetória de uma instituição bastante complexa, um banco privado destinado a execução de uma política pública, esta pesquisa não se restringiu aos métodos de história de empresas, preferindo analisar o banco como parte do processo mais amplo de evolução da política econômica e do encaminhamento político das questões relativas ao financiamento agrícola. O corpo documental envolve tanto registros produzidos pelo Estado, tais como relatórios, mensagens, estatísticas e debates legislativos; como pelo próprio banco, como os relatórios da diretoria, atas de assembleias, correspondência, balanços, etc.; além de jornais, revistas e publicações editoriais contemporâneos.

Palavras chave

Bancos hipotecarios; Crédito agrícola; Café.

The BCHASP/Banespa trajectory: from the coffee bank to the state bank (1909-1939)

Abstract

This research consists of a reconstruction of the BCHASP/Banespa trajectory, based on rigorous documentary research in a very heterogeneous collection. The Banco do Estado de São Paulo was one of the most important bank institutions of the Brazil. It´s origin was related with the Banco de Crédito Hipotecário e Agricola do Estado de São Paulo, incorporated by the french capital in 1909, with the guarantee of the government estate rate interest, to concede long-term credit to the coffee producers. The creation of the BCHASP was part of a range of planned measures arranged to combat the effects of the coffee recession between 1896 – 1906 and putting in practice in the first intervention in the coffee market. The São Paulo Estate Bank was taken over by the government in 1926 e converted to Banespa, working like a financial branch of the Permanent Program of Coffee Defense, and lately, became the financial Estate agent. As fontes desta pesquisa consistem em registros produzidos pelo Estado, tais como relatórios, mensagens, estatísticas e debates legislativos; registros do privados, como os relatórios da diretoria, atas de assembleias, correspondência, balanços, etc.; além de jornais, revistas e publicações editoriais contemporâneos.

Keywords

Mortgage credit; Agricultural credit; Coffee.

Introdução

A história do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (BCHASP) está intimamente relacionada às propostas de intervenção governamental no mercado de café, também chamadas de "valorização do café", isto, desde o surgimento do primeiro projeto em 1896[1] até o estabelecimento do Programa de Valorização Permanente,

[1] Corrêa, Fábio Rogério Cassimiro, "Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)", en *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, N° 2, 2012, pp. 143-165.

em 1926. O BCHASP foi constituído em 1909 como um banco privado, subsidiado pelo governo estadual, para executar a política de auxílios à lavoura, conforme fora previsto na Lei 866, de 7 de abril de 1903, mesma lei que autorizou o governo de São Paulo a firmar um convênio com os demais estados produtores para intervir nos preços do café, e que levou à assinatura do Convênio de Taubaté, em 1906.

Tanto a criação de um banco agrícola como a intervenção eram medidas discutidas desde 1896 - quando se intensificou a crise de superprodução da lavoura cafeeira paulista – e contavam com oposição da liderança do Partido Republicano Paulista, agremiação que monopolizava a política estadual; no entanto, elas foram colocadas em prática a partir de 1906, diante da expectativa de uma safra excepcional de café – algo em torno de 14 milhões de sacas de café, mas que acabou atingindo 22 milhões – num momento em que o consumo mundial não ultrapassava 10 milhões de sacas. Ao longo de 1906 o governo paulista colocou em prática uma série de medidas que estavam previstas na lei de 1903, além da execução do Plano de Valorização: auxiliou a criação dos Bancos de Custeio Rural, que formaram uma rede de cooperativas de crédito (chegou a abranger 48 municípios entre 1907 e 1914[2]) e iniciou as tratativas com o capital francês para a incorporação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, efetivamente constituído em 1909[3].

Ambas as instituições de crédito deveriam atuar de modo complementar com os Bancos de Custeio Rural encarregados da concessão de adiantamentos a pequenos e médios fazendeiros, mediante o penhor da colheita, enquanto que o Banco Hipotecário deveria conceder empréstimos de valores monetários maiores, de longo prazo, destinados, principalmente, ao incremento da produção.

Enquanto os Bancos de Custeio operavam com recursos levantados junto aos bancos comerciais paulistas, o BCHASP contava com uma captação de recursos em moeda francesa mediante a emissão de debentures. Após a eclosão da guerra mundial e sobretudo na primeira década de 1920 o grande afluxo de capital estrangeiro observado de 1898 a 1914 se

[2] Estes bancos foram objeto de nossa dissertação de mestrado, ver Corrêa, Fábio. R. C., "Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)", USP/FFLCH (Dissertação de Mestrado), 2013.

[3] Corrêa, op. cit., 2012.

reverteu e o banco perdeu o acesso ao mercado de crédito europeu e foi socorrido pelo Estado em diversas ocasiões. Em 1926, o banco teve o seu capital nacionalizado e foi encampado pelo governo estadual, mudando o seu nome para Banco do Estado de São Paulo (Banespa), tornando-se a partir de então o braço financeiro do recém-criado Instituto do Café do Estado de São Paulo (ICESP), órgão responsável pela execução do Programa de Valorização Permanente do Café, passando a cumprir o papel de financiar o café estocado nos armazéns oficiais construídos pelo Instituto.

Houve três operações valorizadoras chamadas de episódicas em 1906, 1917 e 1921 que consistiram na retirada de café do mercado em reação à uma situação emergencial de abundância dos estoques europeus. Porém, desde o sucesso da primeira valorização, as opiniões contrárias ao intervencionismo foram derrotadas no interior do PRP, de tal modo que em meados da década de 1910 havia um consenso de que as autoridades deveriam buscar uma maneira de controlar permanentemente os preços internacionais do café, visto que o estado de São Paulo produzia mais de 60% do consumo mundial. Por outro lado, nas intervenções episódicas, o controle das operações coubera sempre às firmas exportadoras estrangeiras que atuavam em Santos e que auferiam lucros extraordinários. A partir da Valorização Permanente o governo estadual assumiu diretamente o controle sobre a distribuição de café ao mercado. Para tanto, era indispensável ter sob seu controle uma instituição financeira que se encarregasse de conceder adiantamentos em moeda sobre os cafés depositados, uma vez que, até então, eram os comerciantes de café que financiavam o custeio da lavoura. Desde 1913, o governo paulista vinha buscando obter um empréstimo externo que lhe permitisse nacionalizar o BCHASP de modo a utiliza-lo como instrumento financeiro da valorização, porém, devido a guerra e crise financeira europeia, este plano pode ser concluído apenas em 1926 com a transformação do BCHASP no Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Desde 1896, discutia-se que a ausência de mecanismos apropriados de financiamento fosse uma das principais causas da submissão da cafeicultura à especulação[4]. Argumentava-se que os adiantamentos concedidos por comissários aos cafeicultores nem sempre apresentavam

[4] Franco, Antônio de Lacerda, *Estudos Sobre a Aplicação da Mutualidade ao Credito Rural e Agrícola no Brasil*, Ed. Spindola, São Paulo, 1900.

condições vantajosas, além de restringirem-se, enormemente, diante da perspectiva de retrações e crises, ocasiões em que os produtores eram forçados, pelas circunstâncias, a vender rapidamente os estoques para saldar as contas da colheita[5]. Desse modo, a valorização deveria atender a duas expectativas: a "defesa econômica", que consistia na regulação da oferta, e a "defesa financeira" que, nas palavras de Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo em 1928, *[...] ficou a cargo do Banco do Estado que para atender a essas necessidades foi remodelado a fim de desempenhar o papel relevantíssimo que lhe foi reservado*[6].

Parte da bibliografia que abordou o Banespa não faz referência ao período anterior à estatização, mas existem constantes referências pontuais ao Banespa na historiografia econômica, principalmente devido o papel que ele desempenhou na valorização permanente. Delfim Netto foi um dos primeiros autores a ressaltar o papel do banco na viabilização da operação, ao lançar um bem-sucedida captação de recursos por meio de debêntures sobre Londres, em 1927[7]. Flávio Azevedo Marques de Saes, entretanto, foi um dos primeiros autores a considerar o Banco do Estado como continuação do Banco de Crédito Hipotecário, inserindo-o no quadro dos repetidos fracassos de bancos subsidiados pelo Estado, interpretando a conversão do BCHASP em Banespa como uma liquidação disfarçada de nacionalização/estatização[8]. Enquanto isso, Fernando Nogueira da Costa destacou os influxos da conjuntura, mostrando que o banco sofrera com as turbulências da economia europeia na década de 1920, reputando que sua nacionalização fora, para a diretoria do Banco, uma alternativa à liquidação, ao mesmo tempo em que a encampação visava a atender tanto os interesses do governo estadual como dos capitalistas franceses ansiosos por repatriar os recursos imobilizados no Brasil.

[5] *O Commercio de São Paulo*, 1/10/1896, "Congresso Agricola".

[6] São Paulo, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1928, pelo Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, presidente do estado de São Paulo*. São Paulo: s/n,1928.

[7] Delfin Netto, Antônio, *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

[8] Saes, Flávio Azevedo Marques de, *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 – 1930*, IPE/USP, São Paulo, 1986, p. 127-9.

Política econômica

A depressão cafeeira observada entre 1896 e 1906, por ter reduzido a margem de lucro da produção agrícola, evidenciou o descompasso existente entre os interesses dos proprietários mais envolvidos com a produção agrícola, e aqueles que, apesar de produzirem café, diversificavam seus investimentos em atividades comerciais, financeiras, e companhias ferroviárias. Objetivamente, as divergências diziam respeito a temas tais como valorização do café, redução das tarifas ferroviárias e criação de mecanismos especiais de financiamento para a lavoura.

É que, nesse período tornara-se importante uma corrente de opinião que atribuía a queda de preços do produto à especulação promovida pelos exportadores, o que, por sua vez, seria potencializada pelas deficiências do sistema de crédito. Ou seja, os exportadores disseminariam uma exagerada ou mesmo falsa expectativa de queda nos preços, em consequência disso, bancos e comissários restringiriam o crédito, fazendo com que os fazendeiros fossem obrigados à liquidar seus estoques rapidamente para pagar o serviço da colheita. Desse modo, refutava-se, portanto, a tese predominante segundo a qual os preços caíam em consequência da superprodução; com isso, principalmente, negava-se o modo como esta última corrente compreendia o caminho para a superação da crise, isto é, abandonando-se o entendimento de que o próprio mercado era quem deveria se encarregar de ajustar a oferta à procura, pela retirada progressiva dos produtores marginais do mercado. Portanto, para a primeira corrente, a solução da crise implicava, necessariamente, no rompimento com a ortodoxia liberal que orientava até então o Partido Republicano Paulista, desde a sua fundação. Para que possamos apresentar satisfatoriamente nossa perspectiva sobre essa diversidade de opiniões, retomaremos, da maneira mais breve possível, o debate sobre o encaminhamento político que se deu às questões econômicas no estado de São Paulo, durante a primeira república, principalmente no que diz respeito à política de defesa do café.

Há um modelo interpretativo, que exerceu enorme influência sobre a produção bibliográfica da primeira república, concebeu esta realidade social como configurada pela existência de dois setores antagônicos: o latifúndio pré-capitalista e o setor urbano-industrial capitalista. Esse

antagonismo legitimava a estratégia do Partido Comunista Brasileiro que, nas décadas de 1940 e 1950 preconizava uma aliança do proletariado com a classe média urbana e também com a burguesia em sua luta contra a aristocracia agroexportadora; esta corrente interpretativa tinha Nelson Werneck Sodré como um de seus maiores difusores. Partindo do mesmo pressuposto, diversos autores que analisaram a política econômica desse período apontaram que o predomínio do interesse latifundiário fora responsável pela adoção de práticas de protecionismo agrícola, tal como a valorização do café, ao mesmo tempo em que se opunham ao protecionismo industrial. Esses autores também não avaliaram a possibilidade da existência de frações no interior da classe proprietária, retratando-a como um bloco homogêneo e antagônico à nascente burguesia industrial e à classe média urbana. No entanto, é importante destacar que, embora esta tenha sido a interpretação predominante durante as décadas de 1950 e 1960, havia também interpretações alternativas, tais como aquelas apresentadas por Roberto Simonsen, Heitor Ferreira Lima e Caio Prado Junior, nas quais não fazia sentido opor a cafeicultura à industrialização, visto compreenderem que muitos proprietários tornaram-se empresários urbanos e que a própria indústria havia se beneficiado da concentração econômica promovida pelo café e, principalmente, pela demanda ocasionada pelo trabalho livre.

Um dos autores que compreendeu a economia agroexportadora em termos de uma oposição ao desenvolvimento industrial foi Celso Furtado. Tendo descrito a existência de um mecanismo específico de correção dos déficits orçamentários por meio de desvalorização da moeda, este autor concebia que a política monetária impedira os produtores de interpretarem a crise como momento de desviar seus investimentos para outros setores, como, por exemplo, o abastecimento do mercado interno ou mesmo a indústria, além de concentrar a renda nas mãos da "classe exportadora", mediante o mecanismo de "socialização das perdas". Por outro lado, durante os choques externos – ou seja, nos momentos de ruptura com o mercado internacional como durante a primeira guerra mundial e após a crise de 1929 – a indústria tenderia se beneficiar substituindo as exportações, enquanto que o recuo do câmbio desencorajava as importações. Para Furtado, apesar de a valorização do café evidenciar a intensão da classe exportadora em evitar a diminuição de sua renda durante as crises, esta política também acabara benefician-

do a indústria, na medida em que a manutenção da renda num contexto em que o câmbio constituía uma barreira às importações permitia o crescimento da indústria[9].

Entendemos, pois, que as interpretações de Werneck Sodré e Celso Furtado, na realidade, são complementares no sentido de explicarem a crise da primeira república, pois, enquanto para Celso Furtado, a industrialização refletia a crise da economia exportadora, para Werneck Sodré, tratava-se da crise do sistema político oligárquico diante da ascensão da burguesia e da derrocada da aristocracia cafeeira, o que explicaria a onda de contestação da política oligárquica que ocorreu na década de 1920, e que desembocou na revolução de 1930[10].

Estas interpretações marcadas pela oposição do latifúndio ao desenvolvimento do capitalismo sofreram grande revés com o golpe de 1964. O PCB, por exemplo, não possuía uma explicação para a improvável união da burguesia com o latifúndio, o que permitia o surgimento de inúmeras críticas ao modelo da "revolução democrático-burguesa". Em 1966, Caio Prado Júnior publicou *A Revolução Brasileira,* livro onde denunciava de dentro do campo marxista os erros estratégicos cometidos pelo PCB ao pautar suas ações numa interpretação equivocada da realidade brasileira. Na sequência da publicação do livro de Caio Prado Júnior surgiu o artigo de Paula Beiguelman na *Revista Civilização Brasileira* com críticas contundentes à interpretação de Werneck Sodré[11]. Antes disso, em 1960, a publicação do artigo de Fernando Henrique Cardoso, explicando o crescimento industrial pelo incremento da demanda por gêneros para consumo nas fazendas de café, constituíra num importante marco da renovação da historiografia econômica[12] ao sugerir que o crescimento da indústria ocorria em paralelo ao desenvolvimento da cafeicultura, abria-se espaço para as críticas a tese do crescimento industrial induzido pelas rupturas com o mercado externo,

[9] Furtado, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 2000, pp. 191-198.

[10] Sodré, Nelson Werneck, *Introdução a revolução brasileira*, Livraria Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

[11] Beiguelman, Paula, "A propósito de uma interpretação da história da República", en *Revista Civilização Brasileira*, ano I, N° 9/10, pp. 247-263, 1966.

[12] Cardoso, Fernando Henrique, "O café e a industrialização da cidade de São Paulo", en *Revista de História*, v. 20, N° 42, pp. 471-475, 1960.

esta perspectiva influenciaria diretamente o trabalho de Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*[13].

No campo da ciência política surgiram trabalhos influenciados por Maria Isaura Pereira de Queiroz e Paula Beiguelman[14], entre eles os artigos de Eduardo Kugelmas[15] e Maria do Carmo Campello de Souza[16]. Textos onde se inaugurava uma tendência, que se tornaria, cada vez mais forte na historiografia, a de substituir a categoria *classes sociais* pelo protagonismo das "máquinas estaduais" na explicação dos fenômenos políticos da primeira república, uma linha de pesquisa que se consolidaria em 1968, com a publicação de *Pequenos Estudos de Ciência Política,* de Paula Beiguelman, e também com a coletânea, *Brasil em Perspectiva*, organizada por Carlos Guilherme Mota, onde se destacavam os textos de Campello de Souza e Boris Fausto.

De acordo com Campello de Souza, a política econômica não deveria ser entendida a partir da luta entre interesses contraditórios do latifúndio e da indústria, mas como fruto da conciliação de interesses dos grupos políticos a frente das máquinas estaduais que, ora se pautavam por princípios liberais, ora tendiam ao intervencionismo, variando conforme a conjuntura. Enquanto isso, o texto de Boris Fausto, muito marcado pelo ecletismo, embora se mostrasse profundamente influenciado por Celso Furtado e Caio Prado Junior na formulação de seus questionamentos, suas conclusões aproximavam-no da ciência política. Fausto adotara a proposta de Furtado sobre a "industrialização por rupturas", recusava-se, entretanto, a aceitar a oposição rural/urbano, aproximando-se Prado Júnior ao tipificar a classe dominante em termos de uma "burguesia cafeeira", porém, Fausto negou que as demandas desta classe pudessem explicar a política econômica, preferindo seguir as teses da ciência política, nomeadamente a de Francisco

[13] Dean, Warren, *A industrialização de São Paulo*, Difel, São Paulo, 1971.

[14] Paula Beiguelman, *Pequenos estudos de ciência política*, volume 2, Pioneira, São Paulo, 1968; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Estudos de sociologia e história,* Anhembi, São Paulo, 1957.

[15] Kugelmas, Eduardo, "A Primeira República no período de 1891 a 1909", en Beiguelman, Paula (Ed.), *Pequenos estudos de ciência política*, Pioneira, São Paulo, pp. 145-170, 1968.

[16] Souza, Maria do Carmo Campello de, "O processo político partidário da primeira república", en Mota, Carlos Guilherme (Ed.), *Brasil em perspectiva*, pp. 162-226, Difel, São Paulo, 1977.

Weffort, para quem o Estado era um elemento conciliador de interesses agrários e urbanos, até então incapazes de formular um programa próprio[17]. Posteriormente, Boris Fausto afirmaria que, enquanto a política estadual fora marcada pela hegemonia da burguesia cafeeira, na formulação da política econômica, que levava em conta o panorama federal, não eram os vínculos de classe que se manifestavam, mas a construção pragmática de uma hegemonia da oligarquia paulista sobre as demais oligarquias estaduais[18].

Outra linha de contestação das interpretações, ditas tradicionais surgiu com os trabalhos de Anibal Villanova Villela, Wilson Suzigan e Carlos Manuel Pelaéz[19]. Críticos das teses desenvolvimentistas, esses autores negaram tanto a oposição cafeicultura/indústria como a noção de industrialização induzida por substituição de importação. No que dizia respeito a política econômica, afirmavam que, ao invés de interesses setoriais, fora a crença quase religiosa das lideranças políticas na ortodoxia econômica que efetivamente determinara a política econômica do período[20].

De acordo com Winston Fritsch, tanto as interpretações da denominada "história política" (referindo-se a Boris Fausto em especial) como da "história econômica revisionista" (referindo-se a Villela, Suzigan e Pelaéz) não conseguiram explicar a política econômica, na medida em que os primeiros continuavam a compreendê-la como objeto de manipulação do setor cafeeiro, apesar de negarem as determinações de classe, enquanto que os últimos tomaram a política econômica como um aspecto ideológico[21].

[17] Fausto, Boris, "A revolução de 1930", em Mota, Carlos Guilherme (Ed.), *Brasil em perspectiva*, Difel, São Paulo, 1977, p. 254.

[18]Fausto, Boris, "Expansão do Café e Política Cafeeira", en Fausto, Boris (Ed.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: "O Brasil Republicano", Difel, São Paulo, 1985.

[19] Villela, Anibal Vilanova e Suzigan, Wilson, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*; Pelaéz, Carlos Manuel, "Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906 – 1945", *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, 1971; Pelaéz, Carlos Manuel e Suzigan, Wilson, *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*, Ed. UnB, Brasília, 1981.

[20] *Cf*. Pelaéz, Carlos Manoel, op. cit., 1971 e op. cit., 1981.

[21] Fritsch, Winston, "Sobre as Interpretações Tradicionais da Lógica Política da Política Econômica da Primeira República", *Revista de Estudos Econômicos*, v. 15, no 2, 1985.

Gostaríamos de ressaltar agora a interpretação de Edgard Carone que, muito embora tenha direcionado seus estudos no sentido de demonstrar a consolidação das classes média urbanas e da burguesia no final da primeira república, portanto, alinhando-se assim à tese da "revolução democrático-burguesa", este autor se mostrou também muito influenciado por Caio Prado Junior, assim como, por Victor Nunes Leal. Para Carone as relações de classe estavam inseridas numa realidade diversa da sociedade burguesa, uma vez que se tratava de uma sociedade oligárquica, em que os partidos não se organizavam segundo interesses setoriais, mas de acordo com vínculos pessoais e familiares. Neste contexto, enquanto a política federal resultava de negociações entre as oligarquias de cada estado, a política estadual obedecia a lógica do compromisso entre os coronéis (os chefes locais que controlavam o processo eleitoral no município) e a oligarquia, esta última sendo composta pelos chefes estaduais que apoiavam as situações municipais com dotações orçamentarias. À primeira vista pode parecer que sua interpretação levará à repetição da dicotomia entre os setores rural e urbano, principalmente levando em consideração o autor considera a Revolução de 1930 como resultado do fortalecimento das classes média e da burguesia. Entretanto, ao verificarmos sua descrição da "classe rural" no contexto da economia cafeeira, percebemos que o autor a compreendia como dotada de uma dinâmica muito específica, por que considerava que dessa classe proprietária desprendiam-se distintas extrações, como, por exemplo a composta por proprietários ruralizados que reinvestiam cada vez mais os seus rendimentos na expansão da cafeicultura, enquanto uma outra era composta por proprietários aburguesados que se retiravam para a capital paulista, investindo nas mais variadas atividades, e que passaram a pertencer à própria burguesia[22]. Percebe-se, portanto, que para Carone não havia uma separação estanque entre classe rural e burguesia, sendo a distinção tomada como algo dinâmico.

Por volta de 1975, um grupo de pesquisadores da Unicamp buscou empreender uma revisão das teses *cepalinas* com vistas a responder às críticas sofridas por Celso Furtado, principalmente aquelas feitas por Pelaéz, Suzigan e Villela. Desse esforço surgiram os textos de João Manoel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Sergio Silva. O primeiro deles,

[22] Carone, Edgard, *A república velha (Instituições e classes sociais)*, Difel, São Paulo, 1972, pp. 148-150.

esforçou-se por demonstrar o mecanismo pelo qual ocorria a transferência da renda do setor agrário para o urbano, mesmo nos momentos de estabilidade da cafeicultura, diferentemente do que pensava Celso Furtado, mas que, intensificavam-se nos momentos de crise, corroborando assim com a tese deste mesmo autor[23]. Wilson Cano, por sua vez, voltou-se ao estudo do "complexo cafeeiro", entendido como sendo composto pelos diversos ramos de atividades que estavam envolvidas na exportação de café, tais como produção, comércio, financiamento, empresas de serviços públicos e a indústria. Atividades que embora existissem em função da produção cafeeira, passaram a apresentar demandas próprias a partir da década de 1920, deslocando o eixo dinâmico da economia do setor rural para o urbano[24]. Por fim, temos a tese de Sergio Silva que, trabalhando com a categoria "burguesia cafeeira", buscou demonstrar que a classe dominante no "complexo cafeeiro" era constituída por duas frações distintas: o "médio capital cafeeiro", representado pelos fazendeiros que se mantinham unicamente ligados a produção agrícola; e o "grande capital cafeeiro", que por sua vez era composto por fazendeiros que diversificavam seus investimentos em variados setores como estradas de ferro, bancos e na indústria[25].

Compreendendo-se a classe dominante como portadora de perspectivas diferentes dentro do processo de reprodução da economia cafeeira, torna-se completamente inadequada a utilização de termos como "interesse cafeeiro" ou "interesse paulista" para justificar ou refutar a representação dos interesses de classe na condução da política econômica, quando, na verdade, frações distintas da classe dominante podiam ter projetos contraditórios, um aspecto que raramente foi levado em consideração pela historiografia.

Gostaríamos de ressaltar agora, algumas obras publicadas entre 1978 e 1986 que colocam a questão da política econômica do café sob

[23] Mello, João Manoel C. de, *O Capitalismo Tardio*, Brasiliense, Rio de Janeiro, 1987.

[24] Cano, Wilson, *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*, Queiroz, São Paulo, 1981; e "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)". *Estudos Econômicos*, vol. 15, nº 2, 1985.

[25] Silva, Sérgio, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.

nova perspectiva. Como Thomas Holloway que divergiu da interpretação predominante sobre a valorização de 1906, ao demonstrar que a intervenção era apoiada por alas dissidentes do PRP e refutada tanto pela direção do partido como pelo presidente da república, o paulista Rodrigues Alves. Segundo o autor, o modelo de comercialização dos estoques que era proposto contrariava o interesse do comércio comissários e exportador, de tal modo que se criara um impasse que impediu a sua implementação, entretanto, com o avançar da crise e o acirramento dos ânimos, um projeto alternativo, apresentado por Alexandre Siciliano, colocando as firmas exportadoras no controle da operação acabou sendo aprovado. Antônio da Silva Prado, por exemplo, que até então era ferrenho opositor da intervenção, passou a apoiar o "plano Siciliano" e a firma de sua propriedade, a casa Prado, Chaves & Comp., tornou-se a única sociedade brasileira a participar do consórcio comprador, liderado pela firma americana Sielken & Co., representada no Brasil pela teuto-brasileira Theodor Wille.

Outro autor, Eduardo Kugelmas, afirmou que as primeiras décadas republicanas foram marcadas pelo enfrentamento entre duas correntes no interior do PRP, uma delas pautada pelo liberalismo clássico e a outra marcadamente intervencionista. Tal disputa teria adquirido contornos mais claros durante a depressão cafeeira iniciada em 1896. Kugelmas relembra a maneira como Francisco Glicério e Cândido Rodrigues, aliados do presidente do estado, Jorge Tibiriçá, urdiram uma aliança com o grupo mineiro envolvido na defesa do café para isolar a direção do Partido Republicano Paulista nas negociações para sucessão presidencial, inviabilizando a candidatura do paulista Bernardino de Campos à sucessão de Rodrigues Alves[26].

Ao mesmo tempo, José Ênio Casalecchi demonstrou que depois de 1896 as discursos no interior do PRP passariam a articular-se em torno de uma nova pauta, os auxílios à lavoura, com destaque para a defesa do crédito agrícola, redução das tarifas ferroviárias e a valorização do café, propostas que surgiam nas plataformas das diversas dissidências que se uniram em 1899 para formar o "Partido da Lavoura", agremiação que disputou as eleições legislativas daquele ano, impondo derrotas importantes aos governistas[27].

[26] Kugelmas, Eduardo, *A Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na primeira república*, São Paulo, FFLCH-USP (Tese do doutorado), 1987, p. 90.
[27] Casalecchi, José Ênio, *O Partido Republicano Paulista*, São Paulo, 1986.

Por outro lado, Flávio Saes, estudando as empresas de serviços públicos e o setor bancário paulista, retomou a propostas de Sérgio Silva, demostrando que a participação de fazendeiros na constituição de sociedades anônimas estava relacionada ao distanciamento entre uma fração empresária e outra rural da classe dominante. Embora durante a expansão ambas as frações mantivessem interesses políticos convergentes, tais como a aprovação de estímulos a expansão da malha ferroviária e a imigração, elas passariam a apresentar propostas divergentes durante a deflação[28]. Assim, enquanto acionista de companhias ferroviárias, o "grande capital" inclinava-se por defender as políticas de saneamento monetário visando a valorização do câmbio, ao passo em que a deflação resultante prejudicava os lavradores na obtenção de crédito para manutenção da safra. Em 1896, as companhias ferroviárias obtiveram autorização para elevar as tarifas conforme a flutuação do câmbio, o que causou indignação de parte dos fazendeiros, conforme pôde ser observado pela imprensa e nos debates ocorridos durante o congresso agrícola realizado em 1896[29]. Por outro lado, enquanto uma parcela reivindicava uma política de crédito agrícola, a outra não via o mercado tradicional de crédito como um problema, fosse porque ela obtinha acesso privilegiado ao crédito bancário, ou porque eram eles mesmos os credores da lavoura. No que diz respeito à valorização do café, enquanto uma parcela dos cafeicultores apresentava-se insatisfeita com o comércio cafeeiro, havia grandes fazendeiros que negociavam diretamente com as casas exportadoras, ou que eram eles próprios sócios em casas comissárias e repudiavam a interferência do Estado.

Enquanto autores como Campello de Souza e Boris Fausto substituíram as determinações de classe por termos imprecisos como "interesse paulista" ou "interesse cafeeiro" para explicar a política econômica, outros autores como Maurício Font e Roberto Borges Martins, explorando as deficiências dessas teses em explicar o aparente descompasso entre as demandas sociais e as políticas implementadas, propuseram que tal se

[28] Saes, Flávio A. M. de, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*, Hucitec, São Paulo, 1986.

[29] Corrêa, Fábio Rogério Cassimiro*, Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo, 1906-1914*, São Paulo, FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 2014.

devia a autonomização da burocracia estatal frente a sociedade civil. Uma interpretação que acabou se derivando dessa concepção da relação entre Estado e sociedade civil foi apresentada na tese de Renato Perissinotto, que compreendeu os conflitos cafeeiros em termos de uma disputa entre a fração hegemônica da classe dominante - "do grande capital cafeeiro", com o Estado. Da tese de Perissinotto reproduzimos o seguinte excerto que resume seu posicionamento neste debate:

Em geral, a bibliografia sobre São Paulo, ao constatar o peso econômico do café e o seu significado para o orçamento do Estado, deduz mecânica e imediatamente que este último e seus agentes estavam a serviço direto dos interesses cafeeiros. Não percebe que essa dependência pode ser também, como de fato foi, motivo para intensas disputas entre ambos. Em grande parte, a luta entre Estado e capital cafeeiro em São Paulo pode ser entendida dessa maneira, isto é, como um conflito distributivo em torno dos recursos materiais gerados pela economia cafeeira, conflito do qual o primeiro saiu sistematicamente vitorioso[30].

Perissinotto, em trabalho anterior, mostrara-se muito mais influenciado pelas teses de Sergio Silva, ainda que as tivesse extrapolado, na medida em que, enquanto para Sérgio Silva os termos "médio" e "grande capital" não eram mais que um recurso analítico, não indicando a existência de frações autônomas comportando-se como capital comercial e capital agrário; de outro modo, para Perissinotto, tais frações seriam tanto reais como autoconscientes. Assim, incorporando as contribuições de Casalecchi e Kugelmas, o autor relacionou as frações de classe com as divisões no interior do PRP, desse modo, enquanto o médio capital cafeeiro estaria representado na dissidência que criou o Partido da Lavoura, a ala hegemônica do PRP representaria o "grande capital cafeeiro"[31]. Talvez por não ter identificado vínculos que ligassem as frações de classe à política econômica e porque o intervencionismo tornara-se preponderante no próprio PRP, Perissinotto passou a defender que os interesses corporativos preponderavam sobre os interesses de classe, interpretando tanto a defesa do café e como a constituição de bancos agrícolas como imposições da burocracia estatal frente à "fração hegemônica".

[30] Perissinotto, R. M., *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*, Fapesp, São Paulo, 1999, v. 2, p. 402.

[31] Perissinoto, Renato M.*, Classes dominantes e hegemonia na república velha*, Ed. Unicamp, Campinas, 1994, p. 50.

No entanto, é preciso ponderar que o Partido da Lavoura nunca passou de um fantasma que assombrou por décadas a direção do PRP, reaparecendo de tempos em tempos com figuras diferentes à proa. Além disso, uma análise rápida dos nomes à sua frente nos revela a participação de grandes comerciantes de café e, até mesmo, de banqueiros, de modo que não era possível identificar, via de regra, essas lideranças políticas da "lavoura" como tendo posição subordinada no processo de reprodução do capital, o que não significa dizer que, ao recolocar o afastamento entre a parcela ruralizada e a parcela aburguesada, este processo não produzisse divergências que influenciassem as disputas no interior do partido, por outro lado, existiam mediações entre a esfera social e política que não foram consideradas.

Também não podemos extrapolar o fato de que os termos "médio" e "grande capital cafeeiro" referem-se a fenômenos absolutamente dinâmicos, e que a diferenciação entre uma parcela e outra não aparece na prática senão como uma divisão entre os fazendeiros "ricos" e os "endividados", mas ainda assim pertencentes a um mesmo universo ideológico. Assim, se por um lado, a crise cafeeira podia suscitar a insatisfação da parcela ruralizada da classe dominante, a canalização dessa insatisfação não fluía por outro canal que não fosse o da política oligárquica. Mas era no interior dos grupos alijados do poder que saiam as lideranças políticas da "lavoura", embora esta constatação não possa ser absoluta, visto que foi a dissidência de Júlio de Mesquita e Prudente de Moraes, entre 1901 e 1906, quem tomou a frente dos debates contra a política intervencionista através do jornal *O Estado de São Paulo*[32], enquanto que as dissidências unidas em torno do Partido da Lavoura, viram na adesão à pauta dos auxílios da lavoura a possibilidade de impor uma derrota eleitoral ao PRP nas eleições legislativas de 1899[33].

Ainda de acordo com Carone, a política oligárquica não admitia oposições e por isso as dissidências foram sempre transitórias[34], havendo evidências de que o Partido da Lavoura talvez não objetivasse, de fato, tornar-se independente, o que significaria deixar de pleitear cargos na administração estadual, e também verbas estaduais às câmaras muni-

[32] Casalecchi, José Énio, *O partido republicano paulista,* São Paulo, 1986.
[33] Corrêa, op. cit., 2014, Cap. II.
[34] Carone, op. cit.

cipais, trunfos que garantiam a adesão e a fidelidades dos chefes locais[35]. Em nossa dissertação de mestrado demonstramos que após as eleições parlamentares de 1899, o sucesso relativo das candidaturas da lavoura[36] despertou a preocupação do PRP em absorver suas lideranças num acordo que envolveu o apoio da "lavoura" à candidatura de Rodrigues Alves, em 1902, e a sua desistência de lançar candidatura própria ao executivo estadual[37].

Demonstramos também que depois de 1900 e, principalmente, após a ascensão de Jorge Tibiriçá, em 1904, à presidência estadual, o programa do Partido da Lavoura ganhou força no interior do partido. Do mesmo modo, percebe-se a importância que as figuras dissidentes adquiriram nos governos posteriores[38]. Em consequência disso, entre 1899 e 1904 o Congresso Legislativo aprovaria leis que sinalizavam o atendimento das reivindicações intervencionistas da "lavoura", mas que, em realidade, não eram aplicadas, ou não surtiam efeito, sendo reeditadas mais tarde, quando a pressão aumentava. Em 1905, Tibiriçá entrou em negociações com um consórcio de capitalistas franceses que resultou, mais tarde, na organização do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo[39]; de fato, no ano seguinte, sua criação foi aprovada pela edição da lei estadual nº 1.062, com a finalidade de subsidiar as cooperativas de crédito denominadas Bancos de Custeio Rural, cujo projeto de lei tramitava no Congresso desde 1903. Estas cooperativs foram objeto de estudo em nossa dissertação de mestrado.

Compreendemos, portanto, a criação do BCHASP, como um desdobramento de um projeto político-econômico que se tornara preponderante no interior do PRP, depois de 1906. Concordamos com a afirmação

[35] Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

[36] Segundo Casalecchi, a dissidência de 1899 tivera maior impacto eleitoral do que a de 1901, embora esta última fosse liderada por figuras de maior envergadura social.

[37] Corrêa, op. cit., 2014, Cap. II.

[38] Kugelmas, Eduardo, "Políticas públicas na administração paulista", *Cadernos Fundap*, São Paulo, v. 9, pp. 41-67, 1985.

[39] São Paulo, *Relatorio Apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, Pelo Dr. Olavo Egydio de Souza Aranha, Secretario da Fazenda, 1907*, São Paulo: Typ. do Diario Official, 1908.

de Eduardo Kugelmas, para quem a intervenção, ou melhor, o protecionismo de modo geral, "significou um rompimento profundo com a ortodoxia do liberalismo econômico que, até então, dominava de forma soberana o terreno ideológico e doutrinário[40]; assim como aceitamos a proposição de Perissinotto, para quem a tendência intervencionista iniciada com a aplicação do plano de valorização de 1906, teria atingido o seu ponto alto com a criação do ICESP e a estatização do BCHASP/Banespa que, por sua vez, teria contribuído para o rompimento definitivo da agora dissidente "ala liberal" do PRP e sua posterior adesão ao Partido Democrático[41].

Em 1926, já se tornara nítido o descolamento do programa da "lavoura" em relação aos interesses do setor comercial e financeiro do complexo cafeeiro. O Banespa, ao concentrar a concessão de adiantamentos sobre o café depositado nos armazéns, avançava claramente sobre posições dos comerciantes. Um opúsculo publicado em 1934 dá conta da transformação pela qual passara o financiamento da cafeicultura em 1927:

A política do desdobramento dos bancos da capital em agencias no interior do Estado, a criação de armazéns gerais, a instituição dos "warrants" e outros institutos jurídicos, deslocaram das mãos dos comissários de café o papel de banqueiros dos fazendeiros[42].

Atualmente, o custeio da lavoura é obtido em parte nos bancos nacionais ou estrangeiros, sob garantia pessoal ou caução de títulos "com a anomalia de serem todos, exceção do Banco do Estado de São Paulo, simples Bancos de depósitos e descontos, e não Bancos de crédito agrícola [...] O Banco do Estado de São Paulo fornece dinheiro aos fazendeiros, sob penhor de produtos agrícolas ou sob primeira hipoteca das fazendas, e neste momento está fazendo aos fazendeiros adiantamentos contra conhecimentos de café, de sua exclusiva produção, até o máximos de trezentos contos, para cada operação, juros a nove por cento ao ano, na base de sessenta mil reis por saca de café[43].

[40] Kugelmas, Eduardo, op. cit., 1987, p. 95.
[41] Perissinotto, op. cit., 1997, pp. 168-171.
[42] Soares, José Carlos de Macedo, "Crédito e Café". en Departamento Nacional do café (Ed.), *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*, Rio de Janeiro, DNC, 1934, pp. 329-330.
[43] Soares, ibidem.

Tal transformação também foi abordada por Taunay ao analisar o opúsculo de Luiz Zacharias de Lima, publicado em 1929, onde este responsabilizava a defesa permanente e a atuação do Banespa pela retração do comércio comissário[44]. Taunay expôs ainda a opinião de Antônio de Queiroz Telles para quem, do mesmo modo, a valorização havia prejudicado o comissariado na medida em que permitia aos fazendeiros obterem adiantamentos por meio de *warrants*[45]. Tanto Zacharias de Lima como Queiroz Telles participaram da criação do Partido Democrático.

A constituição do BCHASP

Em 1908, o presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, assinou um contrato com a firma J. Loste & Cie, de Paris, garantindo o pagamento de dividendos de 6% sobre 20 mil ações de 500 francos cada, que totalizavam 10 milhões de francos, mais o pagamento de juros de 6% sobre as debentures que o banco emitisse em Paris até o valor de 40 milhões de francos[46], captando, desta forma, o valor líquido de *Fr*. 41.002.500,00 ou 26.077:590$000[47].

O BCHASP foi concebido como banco hipotecário e agrícola, o que significa que deveria operar sobre hipotecas de imóveis rurais e urbanos e conceder adiantamentos sobre a colheita mediante o penhor da safra. Nos primeiros anos, os empréstimos sobre hipoteca e penhor eram realizados em moeda francesa, com os tomadores assumindo o risco do

[44] Taunay, Afonso d'Escragnolle, *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do café, 1941, v. X, pp. 274-279.

[45] Telles, Antônio de Queiroz *apud* Taunay, op. cit., p. 410.

[46] Termo do contrato definitivo que assignam J. Loste & Companhia para a organização do Banco Hypotecario e Agricola do Estado de São Paulo. Relatório de 1909.

[47] A transferência desses fundos poderia ser feita mediante operação de câmbio que envolvesse outros bancos, ou remetendo diretamente o ouro em espécie para depósito na Caixa de Conversão, alternativa que foi escolhida pelo banco e que produziu um resultado líquido de 21.157:078$225. De acordo com o "Relatório do Director Fiscal do Banco de Crédito Hypothecario e Agrícola de S. Paulo", anexo ao Relatório da Secretaria da Fazenda, de 1909, a diferença refere-se ao "prêmio de reembolso" (4.833:600$000) e "diferença de câmbio", que no caso se resumia aos custos de transportes (89:908$960).

câmbio, o que era viável dada a estabilização do câmbio promovida pela Caixa de Conversão entre 1906 e 1914.

Em 1910, o banco havia assinados 104 contratos hipotecários com valor total de *Fr.* 15.404.000,000, o que correspondia a imóveis com 18,9 milhões de pés[48] de café e cuja expectativa de rendimento era de 2.688:889$028. A maioria desses empréstimos foram utilizados para pagamento de dívidas anteriores, visto que apenas 7 propriedades não estavam previamente oneradas[49].

Os contratos de adiantamentos sob penhor tinham valor médio de *Rs.* 198:757$060 e chamamos a atenção para o fato deste valor ser considerado bastante elevado para operações sobre penhor, principalmente quando comparado ao custeio de grandes fazendas como a Monte Alegre, uma das maiores de São Paulo, de propriedade de Francisco Schimdt, que produziu 20.000 arrobas em 1905 por 100:974$870[50]. Desse modo, percebemos que o BCHASP estava voltado ao atendimento de grandes fazendeiros, contrastando, desse modo, com os Bancos de Custeio Rural que operavam paralelamente, cujo valor médio dos empréstimos atingiram uma média de 5:820$696 em 1907. Cincinato Braga, que fora presidente do Banco do Brasil na década de 1920, criticou duramente o BCHASP por conceder apenas adiantamentos acima 20 contos de reis (20:000$000), beneficiando, em sua opinião, apenas indivíduos que já possuíam trânsito nos circuitos financeiros da Capital e que não precisariam de um instituto especial de crédito. Entendia ele que o banco não atendia a clientela que mais demandava o crédito agrícola, constituída por fazendeiros menores que se submetiam aos empréstimos concedidos por capitalistas e comerciantes de café[51].

[48] [Nota de editor: árboles].

[49] São Paulo, *Relatório apresentado ao Dr. Manuel de Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado, Pelo dr. Carlos Augusto Pereira Guimaraes, secretario interino da Fazenda, 1910*, Garraux, São Paulo, 1911, p. 365.

[50] Moraes, Maria Luiza Paiva Melo, *Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração: 1890-1924*, São Paulo, FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 1980.

[51] Braga, Cincinato, *Ideias econômicas de Cincinato Braga: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*, Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1983, p. 266.

Muitos indícios apontam para o fato de que a constituição de bancos hipotecários reforçava o sistema de financiamento existente desde a década de 1850 que tinha nos prestamistas particulares, também chamados de capitalistas, os principais credores. Renato Leite Marcondes, por exemplo, estudando os registros hipotecários da cidade paulista de Guaratinguetá, no vale do Paraíba, demonstrou que os poucos créditos concedidos por bancos do Rio de Janeiro tinham condições de prazo e juros que contrastavam com as condições dos empréstimos outorgados aos demais tomadores por indivíduos da localidade. Apenas os indivíduos mais abastados, os mesmos que atuavam como capitalistas, tinham acesso a esses créditos[52]. Rodrigo Fontanari, estudando os registros de Casa Branca, no "oeste" paulista, demonstrou que grandes fazendeiros da localidade atuavam como capitalistas, aparecendo nos registros hipotecários como credores de proprietários menores ao mesmo tempo em que obtinham crédito junto aos bancos de Crédito Real de São Paulo (1882-1906) e o de Crédito Hipotecário e Agrícola (após 1909)[53].

Por outro lado, argumentava-se que a concessão de empréstimos a fazendeiros menores só era possível pelo estabelecimento de agências e correspondentes no interior do estado porque os pequenos empréstimos não compensavam os custos com procuradores e advogados junto a sede do banco, na Capital. Em 1909, Emile Schompré, diretor do BCHASP, viajou pelo interior do estado de São Paulo analisando o mercado de empréstimos hipotecários e descontos de títulos em diversas regiões sugerindo ser mais apropriado o estabelecimento de correspondentes do que a abertura de agências filiais, ele observou ao mesmo tempo o sucesso das cooperativas denominadas Bancos de Custeio Rural na centralização das operações de crédito. No ano seguinte, o BCHASP propôs-se a organizar a sua própria rede de cooperativas de crédito, as Caixas de Crédito

[52] Marcondes, Renato Leite, "O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)", en *Revista Brasielira de Economia*, v. 56, n. 1, pp. 147-170, 2002.

[53] Fontanari, Rodrigo, *O Problema do Financiamento: Uma Análise Histórica Sobre o Crédito no Complexo Cafeeiro Paulista. Casa Branca (1874-1914)*, Franca, Unesp (Dissertação de Mestrado), 2010.

Agrícola, que deveriam funcionar como correspondentes do BCHASP[54]. Entretanto, as duas caixas organizadas a título de experiência em Ribeirão Preto e Jundiaí funcionaram apenas em 1910.

O período que se sucedeu à primeira valorização do café foi de grande prosperidade para o estado de São Paulo e também para a economia brasileira de maneira geral. A Caixa de Conversão, constituída como parte do Plano de Valorização do café com vistas a impedir uma subida abrupta do câmbio, foi responsável por um dos raros momentos de estabilidade da taxa cambial no Brasil, e coincidiu com um período de grande afluxo de capital estrangeiro. Este fora também um período de grande expansão do capital francês no Brasil com a aquisição de engenhos centrais de açúcar, bancos comerciais e concessões de bancos hipotecários em diversos estados. A firma J. Loste & Cie, além de incorporar o BCHASP, também havia organizado o Banco Hipotecário do Espirito Santo, instituição que adquiriu a concessão de obras de infraestrutura na Capital estadual, Vitória; e outro banco francês, a casa Perrier & Cie, assinou com o governo de Minas Gerais um contrato muito similar aquele firmado entre a firma Loste & Cie e o governo paulista, que resultou na organização do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais[55]. As entradas de capital estrangeiros mantiveram-se elevadas até o segundo semestre de 1913 quando uma crise financeira, desencadeada pela conflagração nos Balcãs, determinou o seu refluxo, observando-se a partir de então a liquidação de grande parte dos investimentos franceses no Brasil, principalmente em bancos e engenhos centrais de açúcar[56].

Internamente, a crise de 1913/1914 determinou uma súbita queda na taxa de câmbio e uma onda de falências, o início da guerra na Europa piorou ainda mais a situação levando ao fechamento da Caixa de Conversão. Entre agosto e dezembro de 1914 as movimentações bancárias foram

[54] São Paulo, "Relatório do Director Fiscal do Banco de Crédito Hypothecario e Agricola do Estado de São Paulo". en *Relatório apresentado ao Dr. Manuel de Joaquim de Albuquerque Lins, Presidente do Estado, Pelo dr. Carlos Augusto Pereira Guimaraes, secretario interino da Fazenda, 1910*, Garraux, São Paulo, 1911, p. 353.

[55] Costa, Fernando Nogueira da, *Banco do Estado: o caso BANESPA*, Campinas, Unicamp (Tese de Doutorado), 1988.

[56] São Paulo, *Mensagem do Presidente do Estado de 1914*, 1915, p. 635.

paralisadas pelo governo federal[57] para que o Congresso aprovasse o socorro do Tesouro Nacional aos principais bancos por meio de uma emissão de 100 mil contos de réis[58], dos quais 34% foram disponibilizados ao estado de São Paulo mediante direcionamento do governo estadual.

O governo paulista indicou os bancos Comércio e Indústria, de São Paulo, Comercial do Estado de São Paulo e de Crédito Agrícola e o BCHASP para receber o auxílio, cabendo 7 mil contos de réis ao BCHASP que se comprometeu a aplicar essa quantia na concessão de empréstimos sobre penhor, aumentando assim a proporção desta modalidade sobre os empréstimos hipotecários. O banco e o governo do estado divulgaram amplamente a destinação desses recursos às operações sobre penhor que até o momento não ultrapassava 10% dos contratos do banco.

Em 1914, a Sociedade Incorporadora que centralizava as operações dos Bancos de Custeio Rural faliu, causando a liquidação de todos os 48 Bancos de Custeio Rural. Ao mesmo tempo, o BCHASP viu-se privado dos recursos do mercado de crédito francês com a recusa de um empréstimo garantido pelo governo estadual solicitado no final de 1913. Em, 1916, com a desvalorização do franco, os mutuários liquidaram seus empréstimos e o banco teve suas operações hipotecarias paralisadas.

As intervenções na direção do BCHASP

Em 1914, iniciava-se uma nova fase na história do BCHASP marcada pela intervenção crescente do governo na sua gestão, num contexto em que o financiamento da lavoura se tornava parte da estratégica dos novos projetos de valorização do café. Neste momento, a questão da valorização se impunha no debate econômico, não se verificando mais as acirradas divergências observadas em 1906 no seio da elite paulista. O *Jornal do Comércio*, por exemplo, que foi grande opositor da intervenção de 1906, declarava orgulhosamente em seu *Retrospecto Comercial* de 1916 que a intervenção brasileira era tida como modelo no mundo todo, inclusive nos

[57] Em 15 de agosto o governo federal suspendeu as atividades bancárias e o protesto de letras de câmbio por 30 dias, medida que foi revogada por mais 90 dias em 15 de setembro *Restrospecto Commercial*, 1914, p. 9. Cf. Lei 3.862 de 15 de agosto de 1914 e 2.866 de 15 de setembro de 1914.

[58] Decreto nº 2.863, de 24 de agosto de 1914.

EUA, onde fora citada pelos defensores da proteção do algodão[59]. Os governantes paulistas, por outro lado, comportavam-se como se acreditassem que a expansão ininterrupta das plantações paulistas de café fosse acompanhada pela expansão do consumo mundial. Rodrigues Alves, político paulista que quando ocupou a presidência da República entre 1902 e 1906 oferecera ferrenha opositor à primeira valorização[60], ao encerrar o seu mandato à presidência estadual, em 1916, tranquilizava os fazendeiros, ciosos do futuro da cafeicultura, afirmando que havia "plena confiança no resultado do trabalho pelas seguranças e garantias que o Estado oferece"[61].

A queda nas importações havia causado uma severa diminuição na arrecadação do governo federal elevando o *déficit* das contas públicas[62]. Como a paralização dos mercados financeiros impedia tanto a cobertura do *déficit* público como o socorro aos bancos nacionais, assim, além dos 100 mil contos emitidos em benefício dos bancos em 1914, surgiram várias propostas de reforma monetária nos anos seguintes e elevou-se as emissões de papel moeda. Uma destas propostas foi efetivada pelo Decreto 2.986, de 28 de agosto de 1915, pela qual o governo federal foi autorizado a emitir mais 350 mil contos de réis a serem aplicados na cobertura do *déficit*, defesa da produção nacional e fortalecimento o Banco do Brasil[63]. Esta quantia representava nada menos que 31% do papel moeda em circulação em 1915 e desse total, 50 mil contos foram repassados ao Banco do Brasil que foi autorizado a reformular seus estatutos pelo Decreto 12.081 de 31 de maio de 1916, passando a redescontar letras comerciais e títulos do governo federal[64].

A diretoria da Sociedade Incorporadora, falida em 1914, reivindicava um socorro do governo estadual afim de impedir a liquidação dos

[59] Jornal do Commercio, *Retrospecto Commercial do 'Jornal do Commercio', ano de 1916*, Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Commercio, 1917.

[60] Soares, Rodrigo, *Jorge Tibiricá e sua época (vol. II)*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, [1958]; Holloway, Thomas H., *Vida e Morte do Convenio de Taubaté*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

[61] São Paulo, *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 1 de maio de 1916, pelo presidente do estado, Francisco de Paula Rodrigues Alves*, p. 12.

[62] A constituição de 1891 determinava que a arrecadação do imposto de exportação cabia aos estados enquanto que o importo de importação caberia à União.

[63] Peláez y Suzigan, op. cit., 1981, p. 164.

[64] Brasil, *Relatório do Ministério da Fazenda*, 1916.

Bancos de Custeio Rural. O governo teria, pelo menos em tese, grande interesse em impedir o falimento desses bancos porque eles haviam empenhado junto aos bancos da Capital as Apólices do Auxílio Agrícola cedidas pelo Tesouro. Estas apólices não constituíam um direito imediato contra o Tesouro exceto em caso de falência dos Bancos de Custeio, quando os seus possuidores poderiam averbá-las em seu benefício. As apólices que tinham um valor de 2.000:000$000 (dois mil contos de réis) obedeciam a um cronograma de devolução semestral que se iniciara em 1912 e em breve retornariam ao Tesouro. Porém, em resposta as reinvindicações da diretoria da Incorporadora, o secretário da fazenda, Raphael de Abreu Sampaio Vidal afirmara que o governo não pretendia recuperar aqueles bancos, preferindo fortalecer o BCHASP, oferecendo-lhe os recursos necessários para substituir os Bancos de Custeio na concessão de empréstimos sobre penhor.

Em seu relatório à frente da Secretaria da Fazenda Sampaio Vidal expressou um grande desprezo pela experiencia com os Bancos de Custeio preferindo o estabelecimento de um grande banco hipotecário:

Não será, pois com essas ideologias bancárias que havemos de servir aos grandes interesses da lavoura de São Paulo. Eis porque o governo tem tratado com o maior empenho de levar a termo a remodelação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola que foi fundado com garantia do Estado e é um estabelecimento que está hoje organizado e aparelhado para prestar os melhores serviços à lavoura, sob a orientação do Estado que não pode ter outros intuitos nesse banco senão servir a importante classe agrícola. Com esse pensamento acredita o governo poder dotar esse estabelecimento de capitais suficientes para empréstimos hipotecários e para custeio das fazendas mediante penhor agrícola. Com esses intuitos, deve o banco criar seis ou sete agências nas principais regiões cafeeiras para facilitar os negócios da lavoura. Relatório da Secretaria da fazenda de 1915.

A remodelação aludida dizia respeito a uma emenda que ele havia apresentado ao orçamento de 1911, pela qual o governo estadual era autorizado a contrair um empréstimo internacional destinado ao resgate das debentures do BCHASP permitindo ao governo nacionalizar o capital e aumentar a sua participação acionária no Banco. Dizia Sampaio Vidal que a reorganização era uma solicitação dos acionistas preocupados em

aumentar os empréstimos concedidos à lavoura do estado de São Paulo. Porém, durante as discussões no Congresso Legislativo, o deputado Antônio Mercado argumentava que a escassez do capital da instituição não poderia ser um problema visto que a diretoria nunca solicitou aos acionistas que completassem o capital[65], ao mesmo tempo, segundo os balanços, restavam ainda recursos provenientes da emissão de debentures realizada em 1909 que não haviam sido utilizados. Mercado questionava, por fim, se a intenção do governo não era estatizar o banco, ao que Sampaio Vidal respondera que havia o interesse obter uma participação acionária que fosse suficiente para preitear a indicação do presidente[66].

Diante da recusa dos capitalistas estrangeiros em outorgar o empréstimo para reorganização do BCHASP, o Tesouro estadual acabou adquirindo por compra 30% das ações do banco[67]. Por outro lado, o governo paulista encontraria uma nova forma de captar recursos para o banco sem recorrer ao capital estrangeiro. Desde o início do século argumentava-se que havia grande quantidade de recursos paralisados no interior do estado, principalmente nas mãos dos colonos que não confiavam ou não podiam remeter esses recursos para depósito na Capital, desse modo, seria preciso criar uma rede de caixas rurais ou caixas econômicas que captassem a poupança popular, recolocando-a em circulação por meio de empréstimos ao setor produtivo. Este fora um dos objetivos que levaram a criação dos Bancos de Custeio Rural, que chegaram a funcionar em 48 cidades do interior paulista.

[65] A lei brasileira autorizava a constituição de banco agrícolas com a entrada de apenas 10% do capital nominal.

[66] Em 1911, o deputado Raphael de Abreu Sampaio Vidal, por meio de uma emenda ao orçamento elevara a garantia de juros de 50 para 150 milhões de francos, permitindo ainda que o governo subscrevesse o acréscimo de capital, desde que ele fosse convertido em moeda nacional. *Cf*. ALESP. Projeto nº 58 de 1910 – "Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1911", cx. 236. *Emendas ao Projeto nº 58 de 1910*, p. 87.

[67] Desde então três acionistas brasileiros passaram a controlar 65% do capital social do banco, visto que o Banco Comércio e Indústria possuía 23,35% e Luiz Galvão adquiriu 11,8% em 1914. Relatório de 1914, Lista de acionistas.

A Caixa Econômica Federal possuía uma filial na Capital paulista na qual havia, em 1915, um saldo de 39.605:656$016[68] que correspondia a 13,8% dos depósitos nos bancos paulistas[69]. Esses recursos eram inteiramente aplicados na aquisição de apólices do Tesouro Nacional e o governo estadual pretendia, desde 1899, criar uma instituição que permitisse a fixação desses recursos no estado. Altino Arantes, que sucedeu a Rodrigues Alvares em 1916, organizou as Caixas Econômicas Paulistas, instituição estatal destinada a captar a poupança por meio de agências espalhadas por todo o estado de São Paulo.

Altino Arantes tinha como plataforma política a ampliação o crédito agrícola e retomada da experiência com caixas rurais organizadas com base nos Bancos de Custeio Rural. Desse modo, foi aprovada a lei de 1917 autorizando o governo a emitir mais Apólices do Auxilio Agrícola a serem emprestadas aos Bancos de Crédito Popular de São Paulo. Desse modo, empreendia-se uma reforma no sistema de financiamento da cafeicultura, pela qual o BCHASP passaria a centralizar e coordenar os recursos mobilizados pelas duas novas instituições.

De acordo com a proposta inicial as Caixas Econômicas deveriam captar a poupança popular, depositando esses recursos no BCHASP que, por sua vez, deveria colocá-los à disposição dos Bancos de Crédito Popular[70]. Estes estariam habilitados a conceder empréstimos sobre penhor, hipoteca, *warrants*, além do desconto de letras sacadas sobre comissários de café, empréstimos consignados para funcionários públicos e crédito para construção de casas operárias[71]. Entretanto, os saldos das Caixas Econômicas foram cedidos por 15 anos ao BCHASP, mediante garantia do Tesouro aos poupadores das Caixas Econômicas[72]. A imobilização desses recursos demonstrava que não havia a intenção de disponibilizá-los para operações de curto prazo, como o penhor para custeio da

[68] São Paulo, *Relatório da Secretaria da fazenda de 1915*, p. 23.
[69] Saes, op. cit., *Crédito e bancos*... 1986, p. 225.
[70] São Paulo, *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 1 de maio de 1916, pelo presidente do estado, Francisco de Paula Rodrigues Alves*, pp. 74-75.
[71] Lei nº 1.520-A, de 23 de dezembro de 1916 – "Autoriza o governo a auxiliar a fundação de Bancos de Crédito Popular".
[72] Lei nº 1.544 de 30 de dezembro de 1916 – "Autoriza o Governo a criar Caixas Econômicas estaduais".

lavoura, mas de coloca-los a disposição do próprio BCHASP para aplicação na carteira hipotecaria, em substituição aos recursos estrangeiros.

Em 1921 os recursos que BCHASP empregados nos empréstimos foram totalmente obtidos no país, somente o saldo dos depósitos nas Caixas Econômicas atingiu o valor de *Rs.* 43.600:449$000[73] e, além disso, o banco mantinha desde 1915, um crédito em conta corrente de 10 mil contos de réis junto ao Banco do Brasil, obtido com o aval do Tesouro estadual, para que o banco aplicasse em operações de penhor agrícola.

Não existem referências na bibliografia sobre os Bancos de Crédito Popular, muito embora possamos observar a existência de alguns deles na década de 1920. Ao mesmo tempo, a triangulação Caixas Econômicas – BCHASP – Bancos de Crédito Popular nunca foi colocada em prática, sendo que o Banco de Credito Popular de São Paulo, que ainda funcionava em 1924, atuava como um anexo à Caixa Econômica de São Paulo de quem recebia diretamente os recursos que aplicava, principalmente, em empréstimos a funcionários públicos e para construção de casas. No que diz respeito às Caixas Econômicas as referências são bastante escassas, ainda que recentemente tenha sido publicado o artigo de Renato Leite Marcondes sobre as mesmas[74].

A valorização permanente e o surgimento do Banco do Estado de São Paulo

Na década de 1920, fortalecera-se a proposta da chamada defesa comercial do café, que consistia em fornecer aos bancos e ao comércio comissário os meios para que regulassem as remessas ao porto de Santos, mantendo o café estocado pelo maior tempo possível no interior. Neste sentido, havia grande expectativa quanto as companhias de armazéns gerais que deveriam estimular as transações por meio de conhecimentos de depósitos, além de emitirem *warrants* para obtenção de crédito sobre a mercadoria depositada.

[73] Banco do Crédito Hypothecário e Agricola do Estado de São Paulo, Relatório da Diretoria, 1921.

[74] Marcondes, Renato Leite, *Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940)*, *América Latina en la historia económica*, v. 21, n. 3, pp. 116-143, 2014.

Entretanto, sendo muito elevados os recursos necessários para financiar os estoques, o presidente do estado, Washington Luiz, atuou junto a bancada paulista no Congresso Nacional para a criação de uma carteira de redescontos que desafogasse a carteira dos bancos comerciais, resultando na aprovação da Lei nº 4.182, de 13 de novembro de 1920, que instituía a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. A lei autorizava também a emissão de 100 mil contos de réis para as operações da Carteira, porém, como não fora possível obter um empréstimo externo destinando a contrabalançar a tendência inflacionária desta emissão, a Carteira acabou sendo colocada em operação com recursos muito aquém do necessário para o objetivo esperado.

Posteriormente, o presidente da República, Epitácio Pessoa, pretendeu estabelecer a regulação da oferta por meio de um organismo estatal e assim, pelo Decreto 4.548, de 19 de junho de 1922, Art. 6º, foi criado o Instituto de Defesa Permanente do Café, com o objetivo de financiar os estoques recolhidos em armazéns oficiais, mediante emissão de 300 mil contos de réis. Porém, diante da crise financeira e da desvalorização do mil-réis, o plano recebeu grande oposição nos circuitos financeiros e o sucessor de Pessoa, Arthur Bernardes, opôs-se à participação do governo federal na implementação do plano, repassando a responsabilidade aos estados e transferindo-lhes também a posse dos armazéns reguladores já construídos[75].

Com a transferência da gestão da valorização aos estados, deu-se início ao processo que levaria a encampação do BCHASP pelo governo estadual. Pela Lei 2004, de 19 de dezembro de 1924 foi criado o Instituto Paulista para Defesa do Café – depois Instituto do Café do Estado de São Paulo (ICESP), que passaria a gerir os armazéns reguladores que haviam sido construídos pelo governo federal em São Paulo, concedendo, ao mesmo tempo, adiantamentos aos depositantes. A mesma lei previa que o Instituto deveria constituir um " fundo de defesa permanente do café" cujos recursos poderiam ser aplicados na organização do Banco Paulis-

[75] Kugelmas, Eduardo Kugelmas, *A Difícil Hegemonia: um estudo sobre São Paulo na primeira república*, São Paulo, FFLCH-USP (Tese do doutorado), 1987, p. 104; e Saretta, Fausto. "A política econômica na década de 1920", nn: De Lorenzo, Helena Carvalho y Costa, Wilma Peres da (Ed.), Editora UNESP, São Paulo, 1997, p. 229.

ta de Crédito Agrícola, instituição que se tornaria responsável pela concessão dos adiantamentos. A inclusão deste banco na referida lei talvez cumprisse a função de pressionar os acionistas do BCHASP a aceitar uma intervenção, pois, no mesmo dia da aprovação da Lei 2.004, foi aprovada a Lei 2.006, que reorganizava o BCHASP e elevava o seu capital, de algo equivalente a *Rs*. 3.187:950$000, para *Rs*. 20.000:000$000, sendo que o ICESP subscreveu completamente o acréscimo.

No ano seguinte, o nome da instituição foi alterado para Banco do Estado de São Paulo e seu capital foi elevado mais uma vez, agora à 50 mil contos de réis, mediante a conversão da dívida do banco perante o Tesouro, referente ao saldo dos depósitos das Caixas Econômicas, em ações do Banco do Estado[76].

Iniciava-se em 1926 uma nova fase na história do banco, tendo sua capacidade de operações multiplicada tanto pela elevação do capital à 50 mil contos de réis como pelos recursos que passou a receber em conta corrente do ICESP, os quais somavam 228.566:556$576 em dezembro de 1927. O banco obteve ainda um empréstimo de £5.000.000 junto a Lazard & Brothers que foi fundamental para a concretização do plano de valorização, principalmente após o Banco do Brasil haver declinado do acordo para obtenção desse empréstimo externo. Por outro lado, o Banespa obteve do Tesouro o aval sobre as letras hipotecárias que emitisse até o valor de £5.000.000, as foram lançadas com grande sucesso no mercado londrino por intermédio de Lazard & Brothers, o que lhe permitiu, em meio a retomada da estabilização do câmbio, voltar a conceder empréstimos hipotecários em moeda estrangeira.

Além dos contratos sobre hipotecas e penhor agrícola, o banco redescontava saques de fazendeiros sobre comissários de café, operava sobre *warrants* de armazéns gerais e fornecia adiantamento sobre depósito nos armazéns reguladores e conhecimentos de embarque em estradas de ferro à razão de *Rs*. 60$000 por saca. Com a operação de valorização o preço da saca de café no interior de São Paulo elevara-se de 80$000 para 160$000, trazendo grande lucro ao ICESP, visto que parte dos estoques fora adquirida por compra direta.

[76] Lei n. 2.143, de 23 de outubro de 1926 – "Autoriza o Poder Executivo a celebrar novo contrato com o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo". Banespa, Relatório da diretoria, 1927.

Percebe-se que a nacionalização/encampação do BCHASP/Banespa não se deu como um disfarce da falência, muito menos para garantir o acesso ao crédito bancário pelos fazendeiros como afirmou Flávio Saes. A proporção das operações agrícolas e hipotecárias sobre as operações tipicamente comerciais se reduziriam drasticamente depois de 1926. A criação do Banespa, como afirmou Torelli, está muito mais relacionada à Política de Defesa Permanente do Café.

De banco do café a Banco de Estado

Durante a crise de 1929, o Banespa chegou a socorrer o Banco do Brasil ao abdicar de um crédito que tinha direito junto a firma Lazard & Brothers, porém, mais tarde, com o agravamento da crise, abandonou as operações de adiantamento sobre café, sendo substituído brevemente pelo Banco do Brasil. Entretanto, analisando os seus relatórios, é possível observar que mesmo durante a crise o banco manteve suas operações com desconto de letras em grande volume.

Daí em diante o banco foi se atrelando cada vez mais as necessidades do governo estadual. Por ocasião da Revolução de 1932, o Banespa sustentou as operações de crédito no estado de São Paulo mediante redesconto de títulos bancários por meio de notas emitidas pelo governo paulista nas oficinas da Companhia Melhoramentos[77]. Após 1932 o Banespa obteve a concessão das operações de câmbio do governo paulista que até então estavam a cargo do Banco do Brasil[78] e, nos anos seguintes, foi encarregado de gerir os saldos do Tesouro estadual e o recebimento de impostos. Em 1936, obteve novamente o depósito dos saldos das Caixas Econômicas e o privilégio de negociar as apólices da consolidação da dívida interna do estado de São Paulo, vendendo, comprando, resgatando e pagando os juros das apólices Consolidadas Paulistas[79].

[77] Costa, op. cit.

[78] Decreto, 5.598 de 18 de julho de 1932 – "Regula o pagamento de obrigações comerciais e civis, em moeda estrangeira, e transfere para o Banco do Estado de São Paulo a exclusividade do serviço de cambio estabelecida a favor do Banco do Brasil".

[79] Banespa, Relatório da diretoria, 1936.

Fernando Nogueira da Costa afirmou que o banco não teve um papel muito relevante no fomento da produção agrícola depois de 1929, tendo se beneficiado do aumento do volume de negócios propiciado pela agricultura, tendo contribuído muito pouco, proporcionalmente, para a grande expansão da produção agrícola no estado[80]. De fato, o volume das operações firmadas especificamente com os proprietários rurais, tais como hipoteca e penhor, nunca mais atingiriam uma proporção relevante em relação as operações de tipo comercial, tais como descontos, warrants, contas correntes, etc., entretanto, é preciso ponderar que a orientação do banco mudara em 1926, passando a privilegiar as operações que, embora tivessem formato comercial, permitiam a participação de fazendeiros, além de estarem direcionadas a sustentação dos preços do café. Por outro lado, ao participar do financiamento da safra com operações realizadas diretamente com fazendeiros o banco contribuía para a diminuição do controle exercido pelo comércio comissário, o que significava uma mudança qualitativa.

Aliás, o comércio comissário era grande opositor da atuação do ICESP e do Banespa, acusando-os de arruinarem o comércio cafeeiro[81]. A crítica à política de defesa tornara-se um dos motes preferidos pela oposição ao PRP agrupada em torno do Partido Democrático[82].

O sistema de crédito passava por uma grande transformação naquele momento, com a multiplicação das casas bancárias e o desdobramento dos bancos da Capital por meio de agências no interior. Tradicionalmente, atribui-se o aumento das operações bancárias ao crescimento e a diversificação da economia paulista, fator que teria possibilitado um incremento na oferta de crédito bancário, mas que contou com grande auxilio do Banespa na substituição das operações de crédito de caráter pessoal e mercantil pelo crédito bancário.

Um artigo de Macedo Soares, publicado em 1927 em comemoração ao bicentenário da introdução do cafeeiro no Brasil, expõe tal transformação: A política do desdobramento dos bancos da capital em agências no interior do Estado a criação de armazéns gerais, a instituição

[80] Costa, op. cit.

[81] Taunay, op. cit., 1941, v. X, p.274-9 e 410.

[82] Carone, op. cit.; Prado, Maria Lígia C., *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*, Ática, São Paulo, 1986.

dos "warrants" e outros institutos jurídicos, deslocaram das mãos dos comissários de café o papel de banqueiros dos fazendeiros[83].

Ressalta-se, por fim, que a trajetória do BCHASP/Banespa demonstra o avanço do protecionismo agrícola sobre as formulações liberais dominantes na virada do século XIX para o XX, esse intervencionismo crescente também foi observado pelos cientistas políticos Eduardo Kugelmas e Renato Perissinotto. Este último traduziu o fenômeno como efeito de uma progressão dos interesses corporativos da burocracia estatal sobre à sociedade civil, que teve o seu ápice na implementação da defesa permanente, suscitando a criação do Partido Democrático que seria o representante do capital cafeeiro diante do PRP que, por sua vez, era identificado com a oligarquia. Discordamos, entretanto, desta última tese, por entendermos que é possível demonstrar, a partir da reconstituição da trajetória do BCHASP/Banespa e da política econômica na qual estava inserido, que, além do protecionismo ter se mostrado como uma tendência mundial naquele período, em São Paulo, entre 1906 e 1926 assistiu-se a um acirramento da distinção de interesses existente no interior da classe dominante entre a parcela dos proprietários que se mantinha ruralizada e outra que diversificava seus investimentos nas mais variadas atividades do complexo cafeeiro.

Considerações finais

Tendo demonstrado em linhas gerais a evolução do BCHASP/Banespa, pontuando as transformações por que passou de 1909 até 1939, e, além disso, tendo descrito o modo como evoluiu, desde 1897, os projetos de constituição de um banco agrícola, partimos para a demonstração de como o estudo do BCHASP/Banespa nos permite reconstituir um aspecto importante da política econômica, o crédito agrícola, e como este aspecto estava relacionado à política de valorização do café, sendo possível observar a existência de uma tendência da política econômica no sentido da constituição de mecanismos de protecionismo agrícola que de episódicos passam a permanentes na década de 1920. Nesse contexto percebe-se a participação cada vez maior do Estado na gestão do BCHASP num processo que levou a sua transformação no Banco do Estado de São Paulo.

[83] Soares, op. cit.

Bibliografia

Beiguelman, Paula, "A propósito de uma interpretação da história da República". Revista Civilização Brasileira, ano I, n. 9/10, 1966.

Braga, Cincinato, *Ideias econômicas de Cincinato Braga: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados*, Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC, 1983.

Cano, Wilson, "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)", *Estudos Econômicos*, vol. 15, n. 2, maio/agosto de 1985.

Cano, Wilson, *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*, Queiroz, São Paulo, 1981.

Cardoso, Fernando Henrique, "O café e a industrialização da cidade de São Paulo", *Revista de História*, v. 20, n. 42, pp. 471-475, 1960.

Carone, Edgard, *A república velha (Instituições e classes sociais)*, Difel, São Paulo, 1972.

Casalecchi, José Énio, *O partido republicano paulista,* São Paulo, 1986.

Corrêa, Fábio R. C., *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo, 1906-1914*, São Paulo, FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 2014.

----------, "Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)", *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, 2012.

Costa, Fernando N. da, *Banco do estado: o caso BANESPA*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado), 1988.

Fausto, Boris, "Expansão do Café e Política Cafeeira", Fausto, Boris (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III: "O Brasil Republicano", Difel, São Paulo, 1985.

----------, A revolução de 1930, en Mota, Carlos Guilherme (ed.), *Brasil em perspectiva*, Difel, São Paulo, 1977.

Fontanari, R, *O Problema do Financiamento: Uma Análise Histórica Sobre o Crédito no Complexo Cafeeiro Paulista. Casa Branca (1874-1914)*, Franca, Unesp (Dissertação de Mestrado), 2010.

Fritsch, Winston, "Sobre as Interpretações Tradicionais da Lógica Política da Política Econômica da Primeira República", *Revista de Estudos Econômicos*, v. 15, nº 2, 1985.

Holloway, T. H., *Vida e Morte do Convenio de Taubaté*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Kugelmas, Eduardo, *A Difícil Hegemonia: Um Estudo Sobre São Paulo na Primeira República*, São Paulo: FFLCH-USP (tese do doutorado), 1987.

Kugelmas, Eduardo, "Políticas públicas na administração paulista", *Cadernos Fundap*, São Paulo, v. 9, 1985, pp. 41-67.

Kugelmas, Eduardo, "A Primeira República no período de 1891 a 1909", em Beiguelman, Paula, *Pequenos Estudos de Ciência Política*, Pioneira Editora, São Paulo, 1968.

Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

Marcondes, Renato L., "Caixas econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940)", *América Latina en la historia económica*, vol. 21, N° 3, 2014.

----------, "O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)". *Revista Brasielira de Economia*, v. 56, N° 1, 2002, pp. 147-170.

Mello, João Manoel C. de, *O Capitalismo Tardio*, Brasiliense, Rio de Janeiro, 1987.

Moraes, Maria Luiza Paiva Melo, *Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração: 1890-1924*, São Paulo, FFLCH-USP (Dissertação de Mestrado), 1980.

Pelaéz, Carlos Manuel, "Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906 – 1945". In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 4, 1971.

Pelaéz, Carlos Manuel y Suzigan, Wilson, *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*, Ed. UnB, Brasília, 1981.

Perissinoto, Renato M., *Classes dominantes e hegemonia na república velha*, Ed. Unicamp, Campinas, 1994.

Prado, Maria Lígia C, *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*, Ática, São Paulo, 1986.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Estudos de sociologia e história,* Anhembi, São Paulo, 1957.

Saes, Flávio A. M. de, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*, Hucitec, São Paulo, 1986 (A).

----------, *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850 – 1930*, IPE/USP, São Paulo, 1986 (B).

Saretta, Fausto, "A política econômica na década de 1920". *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, en De Lorenzo, Helena C. y Costa, Wilma P. da (Ed.), Editora UNESP, São Paulo, 1997.

Silva, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Industria no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1995.

Soares, José Carlos de Macedo, "Crédito e Café", en D.N.C. *O Café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*, Rio de Janeiro, D.N.C., 1934.

Sodré, Nelson Werneck, *Introdução a revolução brasileira*, Livraria Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978

Souza, Maria do C. Campello de, "O processo político partidário da primeira república", en Mota, Carlos Guilherme (Ed.), *Brasil em perspectiva*, Difel, São Paulo, 1977.

Taunay, A. de E., *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro, I.N.C., 1941, v. 6-11.

Villela, Aníbal Vilanova y Suzigan, Wilson, *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.